



REPÚBLICA
PORTUGUESA

CULTURA

cult
alg

Direção Regional de
Cultura do Algarve

Proc.º SIU/Ises n.º CS: 152020

Arquivo DRCAlg n.º: TVR/ 1435

Assunto: Abertura de procedimento com vista à ampliação da área arqueológica classificada da Estação Arqueológica Romana da Luz / Cidade Romana de Balsa e ao estabelecimento de uma Zona Especial de Proteção Provisória.

Imóvel: Estação Arqueológica Romana da Luz, também designada Estação Arqueológica Romana da Luz de Tavira ou Cidade Romana de Balsa.

Localização: Junto à localidade da Luz de Tavira, freguesia de Luz de Tavira e Santo Estêvão, concelho de Tavira, numa área que abrange a Quinta da Torre de Ares (ou d'Aires) e as antigas quintas das Ondas e das Antas.

Proponente/Requerente: Direção Regional de Cultura do Algarve

Servidão Administrativa: Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público: Decreto n.º 26-A/92, DR, I Série-B, n.º 126, de 01/06/1992; ZEP: Portaria n.º 516/2011, DR, 2.ª Série, n.º 81, de 27/04/2011 (sem definição de restrições).

Código Nacional de Sítio (CNS): 60.

Documento n.º CS: 1157771

Parecer/Informação DRCAlg n.º 170047

Data: 23/01/2017

Técnico: Rui Parreira (arqueólogo, diretor de serviços dos Bens Culturais)

A Diretora-Geral do Património Cultural

Concordo. Determino a abertura do procedimento de classificação da ampliação da área a classificar e da alteração da categoria para sítio de interesse público (SIP). Determino a fixação da ZEP, conforme proposta 20170127 RV

Paula Araújo Silva

A Diretora Regional de Cultura

Concordo com a proposta nos termos do informado através do DSDC. A DGE para avaliar e definir o procedimento seguinte.

[Assinatura]

23.01.2017

Alexandra Rodrigues Gonçalves

Alexandra Rodrigues Gonçalves

Diretora Regional

O Diretor de Serviços dos Bens Culturais

Informo a informação proposta à DGE a abertura do procedimento com vista à ampliação da área arqueológica classificada da Estação Arqueológica Romana da Luz / Cidade Romana de Balsa como Sítio de Interesse Público (SIP) e ao estabelecimento de uma Zona Especial de Proteção Provisória.

Rui Parreira

Direção Regional de Cultura do Algarve

Rua Professor António Pinheiro e Rosa, n.º 1, 8005-546 FARO

TEL 289 896 070 FAX 289 896 071 EMAIL geral@cultural.pt www.cultural.pt



1. Enquadramento

A presente informação elabora-se para efeitos de abertura de procedimento com vista à eventual ampliação da área arqueológica classificada da Estação Arqueológica Romana da Luz / Cidade Romana de Balsa e ao estabelecimento de uma Zona Especial de Proteção Provisória com alteração da ZEP atual, e fundamenta-se nas disposições da legislação em vigor, nomeadamente:

- Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural.
- Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.
- Decreto-Lei n.º 115/2012 de 25 de maio, que cria a Direção-Geral do Património Cultural;
- Portaria n.º 223/2012 de 24 de julho, que estabelece a estrutura nuclear da Direção-Geral do Património Cultural;
- Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio, que cria as Direções Regionais de Cultura;
- Portaria n.º 227/2012 de 3 de agosto que estabelece a estrutura nuclear das Direções Regionais de Cultura;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2007, de 24 de Maio, que aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (DR, 1.ª série, n.º 149, de 03/08/2007).

2. Análise/Caraterização do valor histórico-cultural do imóvel

- 2.1. Função original: aglomerado populacional, cujas ruínas, epigrafia e outros achados da época romana fundamentam a identificação com a antiga cidade romana de Balsa, referida pelos autores da Antiguidade Pompónio Mela, Plínio e Ptolomeu e mencionada no Itinerário de Antonino.
- 2.2. Função atual: os vestígios estendem-se por uma área com vários hectares, que engloba, totalmente ou em parte, vários prédios rústicos constituídos por solos da Reserva Agrícola Nacional, uma faixa da Reserva Ecológica Nacional paralela à margem do canal de Tavira, e se prolonga no sapal da Ria Formosa (como demonstram os achados subaquáticos na zona intermareal).
- 2.3. Enquadramento: os vestígios da antiga cidade romana de Balsa localizam-se junto à atual localidade da Luz de Tavira, freguesia de Luz de Tavira e Santo Estêvão, concelho de Tavira, numa área arqueológica que se estende para sul da linha de caminho de ferro Faro-Vila Real de Santo António, em terrenos da campina da Luz, numa faixa sensivelmente paralela à atual linha de costa e que se prolonga a sul no sapal da Ria Formosa, e que é limitada a norte por uma linha paralela à margem do canal de Tavira, a nascente pela Ribeira da Xareca e a poente pela Ribeira da Luz; na envolvente desta área, a arqueologia tem assinalado vestígios em locais como Paúl, Pedras d'El Rei, Quinta do Pinheiro, Quinta do Arroio, Quinta do Trindade e São Domingos da Asseca, que devem corresponder aos arredores da cidade romana, com *villae* suburbanas e necrópoles.
- 2.4. Descrição geral e pormenores importantes: a área arqueológica da Estação Arqueológica Romana da Luz / Cidade Romana de Balsa corresponde a uma zona delimitada geograficamente, que regista no seu interior a ocorrência de vestígios arqueológicos que implicam medidas especiais de monitorização em todas as actividades que possam causar danos à sua integridade; descobertas na segunda metade do século XIX, as



ruínas ocupam uma vasta área constituída por solos da Reserva Agrícola Nacional beneficiada pelo Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio, um perímetro de rega que implicou na década de 1990 a mobilização de avultados investimentos públicos, com a construção de uma barragem e a criação de uma extensa área de regadio infraestruturada com bocas de rega; convertida assim uma parte substancial da campina de Tavira em área adequada a uma agricultura modernizada, os terrenos têm sido intensiva, sistemática e (alegadamente) deliberadamente terraplanados e subsolados pelos proprietários ao longo de dezenas de anos, arrasando muitos dos vestígios arqueológicos ali remanescentes, sem restrições ao uso agrícola do solo, nomeadamente com o cultivo de vinha (especialmente gravoso para a conservação dos vestígios arqueológicos), prunóideas e horticultura ao ar livre e em pequenos túneis, e, mais recentemente, com instalação de túneis/estufins destinados à produção de frutos vermelhos em hidroponia; os prédios rústicos da Quinta das Antas mantiveram o seu caráter agrícola mas foram igualmente objeto de diversas operações urbanísticas, licenciadas pela CM de Tavira (Aliás, o mesmo sucedeu às áreas arqueológicas correspondentes a *villae* e instalações suburbanas da cidade romana, nomeadamente as localizadas na Quinta do Arroio, nas Pedras d'El Rei e no Pinheiro); a documentação e informação relativa aos achados da Quinta da Torre de Ares e da Quinta das Antas, quer a que foi publicada por Estácio da Veiga [1866, Povos Balsenses. Lisboa], quer a que se encontra arquivada no Museu Nacional de Arqueologia, quer a resultante dos trabalhos arqueológicos realizados na segunda metade da década de 1970 pelo casal Maia e nos anos de 1980 do século XX por Cristina Garcia, foi compilada na dissertação de M.^a Luísa Pereira [1971-72, Arqueologia Romana do Algarve (2 vols.). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses], no estudo de Vasco Gil Mantas [2003, A cidade de Balsa. In: Tavira: Território e Poder. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / CM de Tavira, pp. 85-94], no ensaio cartográfico de Luís Fraga da Silva [2007, Balsa, Cidade Perdida. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira] e no estudo arqueológico de Catarina Viegas [2011, A ocupação romana do Algarve: Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano. Lisboa: Uniarq]; complementada com os dados atualmente disponíveis resultantes das prospeções pedestres e geofísicas efetuadas em 2016, possibilita uma visão geral da distribuição das estruturas e dos materiais dispersos e uma interpretação da topografia histórica do sítio; embora seja possível identificar parte da organização urbanística da cidade romana, com arruamentos, *insulae*, edifícios privados e monumentais e áreas de necrópole, a sua extensão original é ainda incerta, em resultado das expressivas destruições sofridas, sobretudo no último quartel do século XX, e torna por isso difícil a questão da localização das necrópoles de Balsa, que, como a necrópole da Quinta do Arroio, escavada por Teixeira de Aragão em 1868, não é possível atribuir com segurança à cidade ou a alguma das suas *villae* suburbanas.

- 2.5. Estado de conservação: ruínas de paredes e pavimentos, com escombros de paredes e coberturas recobertos por depósitos com origem meteórica ou resultantes da mobilização antrópica dos solos pela atividade agrícola, com algumas estruturas parcialmente colocadas a descoberto por escavações arqueológicas ou por erosão dos solos ou da arriba litoral.
- 2.6. Espólio: a epigrafia de Balsa foi inventariada por José d'Encarnação [1984, Inscrições Romanas do Conventus Pacensis. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras]; a escultura por Vasco de Souza [1990, CSIR: Corpus der Skulpturen der Römischen Welt: Portugal. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras] e



José Luís de Matos [1995, Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: colecção de escultura romana. Lisboa: IPM]; os bronzes figurativos por António Nunes Pinto [2002, Bronzes Figurativos Romanos de Portugal. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT]; os outros materiais resultantes dos trabalhos arqueológicos de Estácio da Veiga e do casal Maia em Balsa foram sistematizados por Jeannette Nolen [1994, Cerâmicas e vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval. Lisboa: IPM] e por Catarina Viegas [2006, A Cidade Romana de Balsa (Torre de Ares - Tavira): (I) A terra sigillata. Tavira: Município de Tavira; 2011, obra acima citada]; a documentação que permite a sua contextualização conserva-se no arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

- 2.7. Depositário do espólio / materiais: a maioria dos achados provenientes de Torre de Ares e da Quinta das Antas faz parte das coleções do Museu Nacional de Arqueologia mas o espólio de Balsa dispersa-se ainda por outras entidades, como o Museu Municipal de Faro e o Museu de Évora.

3. *Situação da propriedade*

- 3.1. Proprietários / Endereços: mais de dez proprietários particulares.
- 3.2. Artigos matriciais: ver cartografia anexa com prédios e www.dgterritorio.pt/cadastro.

4. *Observações*

Embora a área arqueológica da Estação Arqueológica da Luz / Cidade Romana de Balsa tenha sido delimitada com maior rigor desde a década de 1970, e tenha mesmo sido objeto de trabalhos arqueológicos pontuais, nem a entidade de tutela do património arqueológico, nem a CM de Tavira mostraram eficácia na salvaguarda deste património arqueológico; uma situação mitigada somente a partir de 1990, com a abertura do procedimento classificatório, por despacho do Secretário de Estado da Cultura, de 05/07/1990, dando origem à criação de uma servidão administrativa de proteção do bem cultural imóvel.

Contudo, só uma parte mínima da área arqueológica – três setores, dois deles localizados na Quinta da Torre de Ares e um outro na antiga Quinta das Antas – foi classificada em 1992 como bem cultural imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 26-A/92, DR, I Série-B, n.º 126, de 01/06/1992); desde 2011 estes três setores passaram a dispor de uma Zona Especial de Proteção (Portaria n.º 516/2011, DR, 2.ª Série, n.º 81, de 27/04/2011), sem restrições à continuação do uso agrícola dos prédios rústicos – inseridos na área beneficiada pelas obras de rega do Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio –, nomeadamente com o cultivo de pomares de fruta, horticultura (ao ar livre e em pequenos túneis) e vinha; nomeadamente porque os beneficiários das obras de rega e proprietários dos terrenos integrados na RAN podem e devem praticar a actividade agrícola em consonância com a aptidão dos solos.

É nosso entendimento que se encontram agora reunidas condições para, com base nos dados concretos (ou seja na ‘evidência empírica’) dos mapas geofísicos resultantes dos trabalhos arqueológicos realizados em 2016, do rigoroso mapeamento da dispersão dos materiais à superfície do terreno e das estruturas identificadas, poder definir com maior rigor os limites do imóvel classificado; assim, propomos à DGPC a abertura de um procedimento de ampliação da classificação da ‘Estação Arqueológica Romana da Luz / Cidade Romana de Balsa’ como Sítio de Interesse Público, abrangendo a totalidade da área arqueológica onde se localizam vestígios efetivamente assinalados pelos trabalhos arqueológicos, devendo, no decurso da instrução desse procedimento, ser especificados os conteúdos e as restrições a que o uso do solo deverá



ser sujeito (em conformidade com o disposto no artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro: simultaneamente, procede-se à delimitação de uma zona tampão, propondo-se para efeitos de proteção da área arqueológica a constituição de uma Zona Especial de Proteção Provisória, nos termos previstos nos artigos 38.º, 39.º e 40.º do referido Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, igualmente visando a oportuna definição de restrições de uso do solo conformes ao disposto no artigo 43.º desse mesmo diploma legal.

5. Outras proteções

Como acima referido, o bem cultural encontra-se parcialmente classificado como de Interesse Público pelo Decreto n.º 26-A/92, DR, I Série-B, n.º 126, de 01/06/1992 e, desde 2011, dispõe de uma Zona Especial de Proteção instituída pela Portaria n.º 516/2011, DR, 2.ª Série, n.º 81, de 27/04/2011, sem definição de restrições.

6. Bibliografia selecionada

- Alarcão, Jorge de (1988) – s.v. Quintas das Antas e de Torre d'Ares [n.º 8/318]. In: Roman Portugal. Warminster: Aris & Phillips, pp. 208-209.
- Encarnação, José (1984) - Incrições Romanas do Conventus Pacensis. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.
- Fraga da Silva, Luís (2007) - Balsa, Cidade Perdida. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira.
- Mantas, Vasco Gil (2003) – A cidade de Balsa. In: Tavira: Território e Poder. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / CM de Tavira, pp. 85-94.
- Matos, José Luís de (1995) - Inventário do Museu Nacional de Arqueologia: coleção de escultura romana. Lisboa: IPM.
- Nolen, Jeannette (1994) - Cerâmicas e vidros de Torre de Ares, Balsa, incluindo o espólio ósseo e medieval. Lisboa: IPM.
- Pereira, M.ª Luísa (1971-72) - Arqueologia Romana do Algarve (2 vols.). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Pinto, António Nunes (2002) - Bronzes Figurativos Romanos de Portugal. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT.
- Souza, Vasco de (1990) - CSIR: Corpus der Skulpturen der Römischen Welt: Portugal. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras.
- Veiga, S. P. M. Estácio da (1866) - Povos Balsenses. Lisboa.
- Viegas, Catarina (2006) - A Cidade Romana de Balsa (Torre de Ares - Tavira): (I) A terra sigillata. Tavira: Município de Tavira.
- Viegas, Catarina (2011) - A ocupação romana do Algarve: Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano. Lisboa: Uniarq.

7. Elementos cartográficos anexos

Representação cartográfica das áreas do bem cultural imóvel classificado como de Interesse Público e respetiva ZEP, e da proposta de ampliação como SIP e de ZEP provisória (cartografia base com divisão cadastral dos prédios rústicos; escala gráfica).

8. Justificação da proposta

Desde 1990, com a abertura do procedimento classificatório das três áreas ulteriormente classificadas como de interesse público pelo Decreto n.º 26-A/92, DR, I Série-B, n.º 126, de 01/06/1992, e posteriormente, a partir de 2011, com a instituição da ZEP pela Portaria n.º



516/2011, DR, 2.ª Série, n.º 81, de 27/04/2011, que as três áreas classificadas e a respetiva zona de proteção são monitorizadas pela administração do património cultural competente, tendo sido apreciados pela DRCAlg (e pela Direção Regional de Faro do IPPAR, organismo que a antecedeu) diversos projetos referentes a comunicações prévias e a pedidos de licenciamento de operações urbanísticas com incidência na área de servidão administrativa de proteção da Estação Arqueológica Romana da Luz / Cidade Romana de Balsa. Esses procedimentos deram origem a diversas intervenções arqueológicas preventivas, e todos esses casos foram devidamente articulados com a CM de Tavira, entidade responsável pelo licenciamento das obras.

Contudo, a classificação da estação arqueológica abrange apenas uma pequena parte da área arqueológica da antiga cidade romana, o que coloca diversos problemas à efetiva preservação física das estruturas e contextos conservados in situ.

Acresce que a ZEP atual é apenas uma 'zona tampão' para proteção desses três setores relativamente às intervenções pretendidas ou projetadas para a sua envolvente imediata, na qual se procura salvaguardar os corredores visuais, as volumetrias, as modelações da topografia do terreno (em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 555/99, que estabelece o regime jurídico de urbanização e edificação (RJUE), na sua redação mais recente, e no Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, e na prossecução das competências da DRCAlg previstas no Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio).

Nesta conformidade, consideram-se a área classificada e a atual ZEP manifestamente insuficientes para proteger adequadamente toda a área arqueológica correspondente à antiga cidade romana de Balsa relativamente aos projetos agrícolas e operações urbanísticas pretendidas ou projetadas para a área arqueológica e para a sua envolvente.

Deve ainda assinalar-se que a classificação das três parcelas em 1992, bem como todo o procedimento instrutório da ZEP instituída em 2011, são anteriores ao Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural e o regime das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda, e, como tal, não incluem a especificação de qualquer das restrições previstas nesse diploma legal.

9. Proposta de tomada de decisão

Face ao exposto, deve a DRC Algarve propor à DGPC a abertura de procedimento com vista à ampliação da área arqueológica da Estação Arqueológica Romana da Luz / Cidade Romana de Balsa, a classificar como Sítio de Interesse Público, com estabelecimento de uma Zona Especial de Proteção Provisória nos termos nos termos previstos nos artigos 38.º, 39.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro.

À consideração superior

O Diretor de Serviços dos Bens Culturais

Rui Parreira

Arqueólogo